

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Apresentação da coleção	7
Introdução	23
Objetivo deste estudo	23
A nova sistemática das ações de execução	24
Plano do trabalho	26
1. Teoria geral das ações de execução	29
1.1 Tutela jurisdicional executiva	29
1.1.1 Jurisdição e concretização dos direitos	29
1.1.2 A execução tem por fim restaurar um direito violado ou impedir a ocorrência de tal violação	30
1.1.3 O aumento da importância do papel do juiz na criação da solução jurídica adequada para a atuação executiva dos direitos	32
1.1.4 A construção da solução jurídica, pelo juiz, frente aos parâmetros hoje fornecidos, pelo sistema jurídico.....	35
1.2 Ações de conhecimento e ações de execução	38
1.3 Espécies de ações executivas. Supressão da unificação procedimental dos meios executórios.....	41
1.4 Espécies de meios executivos. Correlação eventual com o direito tutelado.....	43
1.5 Princípios fundamentais da execução	48
1.5.1 Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida	48
1.5.2 Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas	53
1.5.3 Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução	55
1.5.4 Princípios da máxima efetividade e da menor restrição possível.....	57
1.6 Responsabilidade executiva	60
1.7 Execução universal: falência e insolvência civil	63

2.	Espécies de ações de execução – Opções do demandante	65
2.1	Relevância da distinção entre as várias modalidades de ações de execução	65
2.2	A evolução legislativa das regras processuais relativas aos procedimentos executivos gerais e o descompasso dos procedimentos executivos específicos	66
2.3	Procedimentos executivos específicos, em decorrência da natureza do direito em que se funda a execução. A necessária correlação entre o procedimento e o direito material tutelado	67
2.4	Opção do credor que dispõe de título executivo extrajudicial pelo ajuizamento de ação condenatória (art. 475-J do CPC) ou ação fundada nos arts. 461 e 461-A do CPC	67
3.	Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial (CPC, art. 585)	69
3.1	Fases da execução por quantia certa contra devedor solvente	70
3.2	Ajuizamento da execução	71
3.2.1	Aspectos gerais	71
3.2.2	Juízo competente para a execução	73
3.2.2.1	Premissas gerais	73
3.2.2.2	Nulidade de cláusula de eleição de foro – Possibilidade de decretação <i>ex officio</i> , pelo juiz	74
3.2.2.3	Execução movida no domicílio do executado, sendo outro o local em que deve ser realizado o pagamento	77
3.2.2.4	Execução antecedida de ação de conhecimento, movida pelo devedor contra o credor com o intuito de se discutir a dívida contida no título executivo – Prevenção, em relação à execução, e reunião das ações, em razão da conexão	77
3.2.2.5	Protesto do título de crédito na comarca em que o devedor tem domicílio – Renúncia tácita ao foro de eleição	78
3.2.3	Partes na execução	78
3.2.3.1	Considerações gerais	78
3.2.3.2	Legitimidade do Ministério Público	79
3.2.3.3	Redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica executada	80

3.2.4	Título executivo.....	83
3.2.4.1	Repercussão do título executivo, no processo de execução	83
3.2.4.2	Possibilidade de execução fundada em título executivo, cuja cópia se apresenta em juízo	84
3.2.4.3	Título executivo em forma eletrônica	85
3.2.4.4	Elementos do direito veiculado no título executivo (art. 586 do CPC) – Obrigação certa	86
3.2.4.5	Liquidez da obrigação contida no título executivo ..	87
3.2.4.6	Iliquidez originária e superveniente	88
3.2.4.7	Exigibilidade – Obrigações sujeitas a condição ou termo incerto	89
3.2.4.8	Principais questões que envolvem a configuração dos títulos executivos extrajudiciais no direito brasileiro.....	91
3.2.4.8.1	Aspectos gerais	91
3.2.4.8.2	Documento público assinado pelo devedor e documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	92
3.2.4.8.3	Títulos de crédito	94
3.2.4.8.4	Crédito decorrente de aluguel e acessórios da locação.....	94
3.2.4.8.5	Seguro de vida	95
3.2.4.8.6	Certidão de dívida ativa	95
3.2.4.8.7	Título executivo extrajudicial e execução contra a Fazenda Pública	97
3.2.5	Pedido de tutela executiva.....	98
3.2.6	Possibilidade de indicação de bens à penhora pelo exequente (art. 652, § 2.º, do CPC).....	99
3.2.7	Valor da causa	100
3.3	Distribuição da ação e averbação da execução (art. 615-A do CPC)	100
3.3.1	Natureza e efeitos da averbação referida no art. 615-A do CPC	100
3.3.2	Requisitos para a averbação	102
3.3.3	Averbação abusiva e responsabilidade do exequente.....	102
3.3.4	Incidência do art. 615-A do CPC em execuções especiais ...	104
3.4	Juízo de admissibilidade da execução.....	105

3.4.1	Juízo de admissibilidade positivo e expedição do mandado de citação.....	105
3.4.2	Advertência, no mandado de citação, de que deverá haver pagamento, sob pena de realização de penhora <i>on line</i>	106
3.4.3	Determinação imediata de “penhora <i>on line</i> ” pelo juiz antes da citação do executado	107
3.4.4	Imposição, ao executado, do dever de indicar os bens sujeitos à penhora, com a citação	107
3.4.5	Recorribilidade do pronunciamento que determina a citação	109
3.4.6	Emenda da petição inicial.....	109
3.4.7	Indeferimento liminar da petição inicial por ausência dos requisitos da execução.....	109
3.4.8	Admissibilidade do indeferimento liminar da petição inicial em razão da prescrição.....	110
3.5	Citação	112
3.5.1	Modalidades de citação admitidas	112
3.5.2	Admissibilidade de citação com hora certa	113
3.5.3	Realização imediata da penhora pelo oficial de justiça e intimação do executado	114
3.5.4	Não localização do executado e arresto executivo (art. 653 do CPC).....	114
3.5.5	Conversão do arresto em penhora e direito de preferência ..	115
3.5.6	Citação por edital – Exaurimento de meios tendentes à localização do executado	115
3.6	Atitudes possíveis do executado	116
3.6.1	Pagamento integral e redução dos honorários advocatícios	116
3.6.2	Vedada a indicação de bens à penhora?.....	117
3.6.3	Pagamento parcelado	118
3.6.4	Admissibilidade de exceção de pré-executividade, antes de apresentados embargos.....	118
3.6.5	Oferecimento de exceção de incompetência, impedimento ou suspeição	119
3.6.6	Outras atitudes possíveis do executado.....	120
3.6.7	Atitudes possíveis da Fazenda Pública (art. 730 do CPC) ...	121
3.7	Oposição de embargos à execução	121
3.7.1	Conteúdo e natureza dos embargos à execução	121
3.7.2	Conteúdo dos embargos à execução e coisa julgada	124
3.7.3	Repercussão do conteúdo dos embargos à execução na fixação dos honorários advocatícios.....	124

3.7.4	Questões atinentes ao juízo de admissibilidade dos embargos	125
3.7.4.1	Prazo para apresentação dos embargos à execução	125
3.7.4.2	Critérios diversos de contagem do prazo para embargar, em se tratando de cônjuges	126
3.7.4.3	Possibilidade de aproveitamento dos embargos intempestivos	128
3.7.4.4	Prazo para apresentação de embargos, na execução fiscal (art. 16 da Lei 6.830/1980 versus arts. 736 e 738 do CPC)	129
3.7.4.5	Imprescindibilidade de penhora prévia, nos Juizados Especiais Cíveis (art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/1995 versus arts. 736 e 738 do CPC).....	130
3.7.4.6	“Inépcia” da petição inicial de embargos.....	131
3.7.4.7	Inépcia dos embargos fundados em excesso de execução, nos quais não se indica o valor devido ..	131
3.7.4.8	Embargos manifestamente protelatórios	132
3.7.4.9	Conteúdo dos embargos à execução contra a Fazenda Pública (arts. 741 e 745 do CPC)	133
3.7.5	Vícios processuais surgidos após o momento processual adequado para a apresentação dos embargos – Arguição no próprio processo de execução	133
3.7.6	Concomitância entre a realização de pagamento (integral ou parcelado) e a apresentação de embargos pelo executado.....	134
3.7.7	Efeito suspensivo	135
3.7.7.1	A suspensão da execução depende de decisão do juiz.....	135
3.7.7.2	Requisitos para a concessão de efeito suspensivo aos embargos	136
3.7.7.2.1	Natureza acautelatória do efeito suspensivo	136
3.7.7.2.2	Relevância da fundamentação	136
3.7.7.2.3	Risco manifesto de dano grave de difícil ou incerta reparação	137
3.7.7.2.4	Penhora, depósito ou caução suficientes	137
3.7.7.3	Modificação da decisão que concede ou não efeito suspensivo aos embargos.....	139

3.7.7.4	Afastamento do efeito suspensivo dos embargos, em razão da prestação de caução idônea pelo exequente.....	139
3.7.7.5	Aplicação da regra do art. 739-A do CPC a execuções especiais.....	140
3.7.8	Resposta do embargado e julgamento dos embargos.....	141
3.7.9	Embargos manifestamente protelatórios e fixação de multa	141
3.7.10	Prosseguimento da execução, como provisória, na pendência de apelação interposta contra sentença que rejeita embargos	142
3.8	Atos executivos iniciais.....	144
3.8.1	Aspectos gerais	144
3.8.2	Repercussão da averbação da certidão de ajuizamento da execução em relação à penhora.....	144
3.8.3	Arresto ou pré-penhora	146
3.8.4	Prática excepcional de atos expropriatórios, na execução contra a Fazenda Pública (art. 100, § 2.º, da CF e art. 731 do CPC).....	146
3.9	Penhora.....	147
3.9.1	Função da penhora.....	147
3.9.2	Penhora e direito de preferência.....	148
3.9.3	Efeitos da penhora em relação a terceiros.....	148
3.9.3.1	Registro da penhora de imóvel e eficácia <i>erga omnes</i>	148
3.9.3.2	Anotação da penhora de veículo junto ao Departamento de Trânsito.....	149
3.9.3.3	Penhora não registrada e alienação do bem penhorado	149
3.9.3.4	Distinção entre a alienação do bem penhorado e fraude à execução prevista no art. 593, II do CPC.	150
3.9.3.5	Alienações sucessivas do bem penhorado	151
3.9.4	Bens absolutamente impenhoráveis.....	152
3.9.4.1	Generalidades	152
3.9.4.2	Impenhorabilidade do bem de família.....	153
3.9.4.2.1	Interpretação teleológica da regra que institui a impenhorabilidade	153
3.9.4.2.2	Restrição da impenhorabilidade do bem de família a um terço do patrimônio líquido do devedor	154

3.9.4.2.3	Definição de “entidade familiar” para a incidência da impenhorabilidade do bem de família’.....	155
3.9.4.2.4	Manutenção do <i>status</i> do bem de família, durante a execução.....	155
3.9.4.2.5	Renúncia à impenhorabilidade do bem de família.....	156
3.9.4.2.6	Desmembramento do bem de família, por ocasião da penhora.....	157
3.9.4.2.7	Extensão da impenhorabilidade do bem de família ao imóvel locado, quando a renda auferida for utilizada para que a família resida em outro imóvel alugado.....	157
3.9.4.2.8	Alegação da impenhorabilidade do bem de família em embargos à arrematação.....	157
3.9.4.3	Bens que guarnecem a residência do executado.....	158
3.9.4.4	Bens necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.....	159
3.9.4.5	Impenhorabilidade da remuneração pelo trabalho e outros proventos. Interpretação da restrição e possibilidade de penhora de parte da remuneração recebida pelo executado.....	160
3.9.4.6	Natureza alimentar e impenhorabilidade dos honorários advocatícios oriundos de contrato ou de sucumbência.....	161
3.9.4.7	Impenhorabilidade da pequena propriedade rural.....	162
3.9.4.8	Impenhorabilidade de recursos públicos recebidos por instituições privadas.....	162
3.9.4.9	Impenhorabilidade da caderneta de poupança, até o limite de 40 salários mínimos.....	163
3.9.5	Ordem dos bens a serem penhorados.....	163
3.9.5.1	A ordem disposta no art. 655 do CPC.....	163
3.9.5.2	Penhora de bem dado em garantia.....	165
3.9.6	Penhora de dinheiro.....	165
3.9.7	Penhora <i>on line</i> ou eletrônica – Indisponibilidade de ativos financeiros do executado por meio eletrônico.....	166
3.9.7.1	Indisponibilidade de ativos financeiros do executado por meio eletrônico.....	166
3.9.7.2	Penhora de bens móveis ou imóveis por meio eletrônico.....	168

3.9.8	Penhora de faturamento de empresa	169
3.9.9	Local da realização da penhora.....	170
3.9.9.1	Regra geral.....	170
3.9.9.2	Realização de penhora de imóvel mediante apresentação da certidão de sua matrícula no registro de imóveis (art. 659, § 5.º, do CPC)	171
3.9.9.3	Realização de penhora em comarca contígua	171
3.9.10	Intimações da penhora	171
3.9.10.1	Intimação do executado	171
3.9.10.2	Intimação do terceiro garantidor.....	172
3.9.10.3	Intimação do cônjuge do executado.....	172
3.9.10.4	Intimação do titular de direito real sobre o bem penhorado	173
3.9.11	Substituição da penhora	173
3.10	Avaliação	176
3.10.1	Avaliação propriamente dita e estimativa realizada pelo oficial de justiça.....	176
3.10.2	Parâmetros a serem observados pelo oficial de justiça	178
3.10.3	Requisitos do laudo de avaliação.....	180
3.10.4	Realização de nova avaliação.....	180
3.11	Depósito.....	181
3.11.1	Possibilidade de o executado figurar como depositário	181
3.11.2	Prisão do depositário infiel.....	182
3.12	Atos de expropriação	182
3.12.1	Modalidades de atos de expropriação	182
3.12.2	Adjudicação.....	185
3.12.2.1	Noções gerais.....	185
3.12.2.2	Legitimidade para adjudicar	185
3.12.2.3	Concorrência entre vários pretendentes à adjudicação.....	185
3.12.2.4	Procedimento da adjudicação.....	186
3.12.3	Alienação por iniciativa particular	187
3.12.3.1	Noções gerais.....	187
3.12.3.2	Requisitos da alienação por iniciativa particular	187
3.12.3.3	Incidência supletiva das regras referentes à arrematação	189
3.12.4	Arrematação (alienação em hasta pública).....	189
3.12.4.1	A arrematação é a alienação judicial do bem penhorado	189

3.12.4.2	Atos preparatórios da arrematação	190
3.12.4.2.1	Publicidade da arrematação e divulgação da hasta pública através da internet .	190
3.12.4.2.2	Arrematação através de procedimento eletrônico (leilão eletrônico).	190
3.12.4.2.3	Intimação do executado	191
3.12.4.2.4	Intimação do senhorio direto, do credor com garantia real e do exequente com penhora anteriormente registrada	191
3.12.4.2.5	Outras intimações.....	192
3.12.4.3	Licitação pública do bem.....	193
3.12.4.3.1	Legitimidade para arrematar.....	193
3.12.4.3.2	Legitimidade do exequente para arrematar, na primeira ou na segunda hasta pública.....	193
3.12.4.3.3	Arrematação de bem indivisível	193
3.12.4.3.4	Preço vil.....	194
3.12.4.3.5	Modos de realização do pagamento..	195
3.12.4.3.6	Realização do pagamento, quando a arrematação é realizada pelo exequente.....	195
3.12.4.3.7	Não realização do pagamento e sanção	196
3.12.4.4	Lavratura do auto de arrematação e expedição da carta	197
3.12.4.5	Desfazimento da arrematação.....	198
3.12.4.5.1	Hipóteses em que a arrematação pode ser “tornada sem efeito”.....	198
3.12.4.5.2	Desfazimento <i>ex officio</i> da arrematação ou necessidade de ação autônoma?.....	199
3.12.4.6	Manutenção da arrematação a despeito da procedência dos embargos do executado	199
3.12.5	Usufruto de bens	201
3.13	Embargos à adjudicação ou à alienação – Embargos de segunda fase	202
3.13.1	Possibilidade de alegação de questões anteriores à penhora.....	202

3.13.2	Prazo para a apresentação dos embargos de segunda fase..	203
3.13.3	Desistência da aquisição, pelo adquirente, em razão dos embargos de segunda fase	204
3.14	Fase satisfativa	204
3.14.1	Satisfação pela adjudicação	204
3.14.2	Entrega do dinheiro ao exequente.....	205
3.14.3	Concurso singular de credores.....	205
4.	Cumprimento de execução de título judicial para o recebimento de quantia certa contra devedor solvente. Execução por quantia certa fundada em título executivo judicial (art. 475-N)	217
4.1	Premissas gerais	218
4.1.1	Cumprimento ou execução de sentença?	218
4.1.2	Distinção entre a execução fundada em sentença condenatória (art. 475-J do CPC) e sentença executiva (arts. 461 e 461-A do CPC).....	218
4.1.3	Diferenças existentes entre a execução de sentença condenatória e a de outros títulos executivos judiciais	219
4.1.4	Aplicação subsidiária das regras relativas à execução fundada em título extrajudicial. Limites.....	219
4.2	Incidência de multa de 10%, na hipótese de descumprimento de sentença condenatória (art. 475-J).....	220
4.2.1	Distinção entre a multa legal referida no art. 475-J e outras multas judiciais	220
4.2.2	Restrição da multa à sentença condenatória proferida em procedimento comum ou especial.....	221
4.2.3	Momento de incidência da multa	221
4.2.4	Sentença sujeita a recurso destituído de efeito suspensivo e incidência da multa	222
4.2.5	Necessidade ou não de intimação pessoal do réu para o cumprimento da sentença	224
4.2.6	Intimação por via postal	226
4.2.7	Apuração do valor da condenação mediante cálculo aritmético. Particularidades.....	226
4.2.8	Valor da multa, no caso de pagamento parcial	227
4.2.9	Depósito realizado com o intuito de “garantir o juízo”, e não de pagar	227
4.3.	Títulos executivos judiciais	228
4.3.1	Sentença condenatória.....	228

4.3.2	Sentença declaratória é título executivo?	228
4.3.3	Sentença homologatória de conciliação ou transação e acordo extrajudicial homologado judicialmente	230
4.3.4	Sentença penal condenatória e fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração	232
4.4	Liquidação da obrigação contida em título judicial.....	233
4.4.1	Liquidação no curso do mesmo procedimento, mas em ação autônoma. Consequências	233
4.4.2	Inexistência de liquidação, em ações relativas à entrega de coisa (art. 461-A do CPC)	235
4.4.3	Hipóteses em que é vedada a prolação de sentença ilíquida (art. 475-A, § 3.º do CPC).....	236
4.4.4	Liquidação da sentença coletiva	237
4.4.4.1	Liquidação individual da sentença coletiva: apuração do <i>quantum</i> e de outros elementos da obrigação.....	237
4.4.4.2	Reparação fluida e o fundo de defesa dos direitos coletivos.....	239
4.4.5	Espécies de liquidação: por arbitramento e por artigos.....	242
4.4.5.1	Diferenças existentes entre as espécies de liquidação	242
4.4.5.2	Opção entre as modalidades de liquidação	242
4.4.5.3	Procedimento da liquidação por arbitramento.....	243
4.4.5.4	Procedimento na liquidação por artigos.....	244
4.4.6	Realização da liquidação na pendência de recurso	245
4.4.7	Restrição da liquidação ao <i>quantum debeat</i> e vedação à rediscussão do <i>an debeat</i> . Hipóteses em que é possível a alteração dos juros.....	245
4.4.8	Decisão que julga a liquidação e recurso cabível.....	248
4.5	A ação de execução dos títulos judiciais.....	249
4.5.1	Autonomia da ação de execução de títulos judiciais. Consequências	249
4.5.2	Fase inicial da execução de títulos judiciais	251
4.5.2.1	Requisitos da petição inicial da execução	251
4.5.2.2	Apuração do valor por mero cálculo (CPC, art. 475-B).....	251
4.5.2.3	Apuração do valor por mero cálculo em execução individual de sentença coletiva	254
4.5.2.4	Competência.....	254
4.5.2.5	Inexistência de custas processuais.....	256

4.5.2.6	Juízo de admissibilidade da execução	257
4.5.3	Honorários advocatícios na execução de sentença e de outros títulos judiciais	257
4.6	Execução provisória (art. 475-O do CPC)	258
4.6.1	Execução integral da sentença provisória	258
4.6.2	Particularidades da execução provisória	258
4.6.3	Dispensa da caução. Hipóteses	259
4.7	Impugnação à execução de título judicial	260
4.7.1	Natureza jurídica da impugnação: ação, defesa ou mero incidente processual?	260
4.7.2	Comparação entre a impugnação à execução e institutos processuais similares	263
4.7.3	Efeito suspensivo <i>ope judicis</i> da impugnação	265
4.7.4	Natureza da decisão que julga a impugnação à execução	266
4.7.5	Coisa julgada da decisão que julga a impugnação	267
4.7.6	Embargos à execução, na execução contra a Fazenda Pública (CPC, art. 741)	267
4.8	Execução de sentença que condena ao pagamento de alimentos ...	268
4.8.1	Medidas executivas admissíveis. Opções do demandante	268
4.8.2	Admissibilidade da prisão civil como medida coercitiva	269
4.8.2.1	Inadmissibilidade, em relação a títulos extrajudiciais	269
4.8.2.2	Admissibilidade, em relação aos alimentos indenizativos	270
4.8.2.3	Alimentos pretéritos	271
4.8.2.4	Prazo da prisão civil	271
4.8.3	Execução por expropriação	272
4.8.4	Constituição de capital	273
5.	Execução para o cumprimento de dever de fazer e não fazer	277
5.1	Tutela específica e resultado prático equivalente dos deveres de fazer e de não fazer	277
5.2	Disciplina legal	278
5.3	Delimitação do âmbito de incidência do art. 461 do CPC	278
5.3.1	Tutela preventiva	278
5.3.2	Aplicabilidade do art. 461 do CPC às execuções fundadas em título extrajudicial. Opções do demandante, neste caso	279
5.3.3	Deveres oriundos de Lei ou de contrato	280

5.3.4	Tutela específica contra o Estado	281
5.4	Execução indireta	283
5.4.1	Medidas coercitivas admissíveis	283
5.4.2	Manejo da multa como medida coercitiva	284
5.4.2.1	Limites quantitativos da multa	284
5.4.2.2	Termo inicial e periodicidade da multa	284
5.4.2.3	Possibilidade de cobrança imediata da multa	287
5.4.3	A prisão civil como medida coercitiva	288
5.4.4	Caráter coercitivo da tutela mandamental (ordem)	289
5.5	Execução direta (ou por sub-rogação)	291
5.5.1	Resultado prático equivalente	291
5.5.1.1	Fungibilidade jurídica e realização da prestação pelo juiz ou por seus auxiliares	291
5.5.1.2	Execução de dever de prestar declaração de vontade	291
5.5.1.3	Intervenção judicial	295
5.5.1.4	Realização da prestação por terceiro	295
5.5.2	Transformação da prestação em perdas e danos	296
6.	Execução para a entrega de coisa	297
6.1	Espécies de ações executivas voltadas à entrega de coisa existentes no direito brasileiro e regime legal	297
6.2	Incidência supletiva do art. 461-A do CPC às ações reguladas em procedimentos especiais	298
6.3	Opções do demandante	298
6.3.1	Possibilidade de ajuizamento de ação pela via do art. 461-A do CPC, ainda que o direito conste de título executivo extrajudicial	298
6.3.2	Irrelevância da natureza do dever de entregar a coisa	299
6.3.3	Coisa móvel ou imóvel, fungível ou infungível	299
6.4	Opção entre medidas sub-rogatórias e coercitivas. Critérios a serem observados	299
6.5	Embargos à execução fundada em título extrajudicial	300
6.5.1	Conteúdo dos embargos	300
6.5.2	Momento da apresentação dos embargos	300
6.6	Retenção por benfeitorias	300
6.7	Alienação do bem, no curso da ação	301
	Índice alfabético-remissivo	303
	Bibliografia	311